

A IMPORTÂNCIA DO ASSISTENTE SOCIAL NAS PENAS ALTERNATIVAS

THE IMPORTANCE OF THE SOCIAL WORKER IN ALTERNATIVE PENALTIES

LA IMPORTANCIA DEL TRABAJADOR SOCIAL EN FÓRMULAS ALTERNATIVAS DE CUMPLIMIENTO DE PENA

Edevaldo Reinado Ostapechen

Graduando em serviço social do Centro Universitário Internacional UNINTER.

E-mail: edevaldoostapechen@gmail.com

RESUMO

Apresentaremos o que são penas alternativas, a importância do serviço social e o papel do Estado nessa forma de punição alternativa.

Palavras-chave: Atuação profissional. Medidas alternativas. Controle social.

ABSTRACT

We present here what alternative penalties are, the importance of social work, and the role of the State in this form of alternative punishment.

Keywords: Professional performance. Alternative measures. Social control.

RESUMEN

Presentaremos el concepto de fórmulas alternativas para el cumplimiento de pena, la importancia del trabajador social y el rol de Estado en esas modalidades alternativas de punición del delito.

Palabras-clave: Actuación profesional. Medidas alternativas. Control social.

INTRODUÇÃO

O crime e a violência são problemas latentes em nossa sociedade; as estatísticas mostram o rápido aumento nos índices de criminalidade e a falibilidade do Estado em criar efetivas políticas públicas relacionadas com o tema. No Estado Penal, o indivíduo que comete alguma infração ou crime é julgado e sentenciado, ressalvadas algumas exceções previstas na legislação. Sobre o perfil de encarceramento, observa-se que, de acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen 2016), o público que se encontra nessa situação apresenta características reiteradas e semelhantes, tais como classe social, etnia racial, gênero, entre outras.

As penas alternativas surgem com a reforma do código penal na década de 1940, com o intuito de diminuir a superlotação dos presídios. Todavia se discute quais foram os resultados. Frente a isso, esse estudo tem como objetivo conhecer o que são as penas alternativas e entender a importância do trabalho do assistente social nesse processo, uma vez que a violência e a criminalidade são expressões da questão social, que é objeto de trabalho do serviço social.

METODOLOGIA

Para a construção do presente estudo, se realizou uma revisão histórico-bibliográfica, apoiada, além das legislações referidas ao tema, em artigos científicos e discussões relacionadas à questão social, trazidos por Iamamoto (2007).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E DISCUSSÃO

É importante compreender o que são medidas alternativas, para se ter uma noção do que será proposto e discutido neste artigo. Em razão disso, é necessário explicar, de forma sucinta, o que são as penas restritivas de direito.

A década de 1980, no Brasil, trouxe grandes avanços sociais e políticos para o país, o que se refletiu diretamente nas penas e medidas alternativas. Previstas no artigo 43 do Código Penal (Lei nº 2.848 de 1940), as restrições de direitos (também denominadas penas alternativas) têm o objetivo de serem menos punitivas além de manter um caráter socioeducativo.

Em 1988, houve mudanças em relação às medidas alternativas, nas quais foi incluída a prestação de serviço à comunidade. Os critérios para que o juiz determine a substituição da pena por uma medida alternativa, são previstos no artigo 44 da Lei nº 9.714/1988.

O encaminhamento para o cumprimento da prestação se dá em execução da pena restritiva de direitos que, como o próprio nome indica, limita direitos temporariamente conforme o previsto no artigo 47 do Código Penal. Dentre as medidas alternativas se encontra a prestação pecuniária, a restritiva de direitos, a limitação de final de semana e horários noturnos e a prestação de serviço à comunidade (PSC). No Patronato Penitenciário de Curitiba, por exemplo, o setor de serviço social é o responsável por

orientar e encaminhar os sentenciados a cumprir a PSC e também por cadastrar e dar suporte às instituições que os acolhem.

Por outro lado, devido aos conflitos existentes na sociedade capitalista, a qual gera as inúmeras manifestações da questão social, não se pode fazer uma leitura do senso comum e “culpabilizar” al indivíduo. Percebe-se então a necessidade do serviço social.

Segundo Iamamoto, a questão social é o conjunto das expressões de desigualdade da sociedade capitalista madura [...]” (IAMAMOTO, 2010, p. 27). E decorrente desse conceito, de acordo com o apresentado pela autora, podemos notar que a questão social abrange muito mais que a ação do indivíduo, ou seja, a questão social é resultado do sistema capitalista no qual ele está inserido.

Com isso percebemos que o assistente social deve estudar a dinâmica das medidas alternativas, e entender como funcionam, pois, a violência e a criminalidade são expressões decorrentes do processo de exclusão, historicamente construído. Vale ressaltar que as evidências da questão social são objeto de trabalho e estudo do assistente social (TELLES, 1996)

De acordo com Iamamoto (2007), o processo brasileiro de construção histórica é arcaico, se faz mediante a atualização e a recriação de elementos de nossa herança histórica colonial e patrimonialista. As desigualdades sociais no Brasil resultam na seletividade do público que se encontra em situação carcerária.

Foucault (apud Junqueira, 2010), ao estudar sobre as gêneses das prioridades, ressalta o fracasso do método das prisões. De acordo com o autor, o cárcere nunca diminuiu a criminalidade, ao contrário, ele utiliza a expressão de que tal sistema “fabricou delinquentes”.

As medidas alternativas surgem na reforma do Código Penal de 1940 com o intuito de amenizar a superlotação dos presídios. Entretanto Azevedo (2005), Junqueira (2010) e Berdet (2015) ressaltam que tal medida não significou uma redução, e sim apresentou uma nova forma de controle social que vai “além dos muros”. O Estado culpabiliza a classe mais pobre, e faz uso da força para enquadrar aqueles que são vistos como uma ameaça ao “progresso e ordem” (Brisola, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as reflexões supracitadas, é possível perceber que a criminalidade e a violência são as que trazem as pessoas para a tutela do estado penal, e consequentemente para as medidas alternativas. Entretanto, não podemos culpabilizar o usuário que chega até o serviço social, uma vez que é necessário entender tanto a totalidade quanto as singularidades do sistema em que ele está inserido.

Percebe-se que muitos foram os direitos negados e negligenciados para que se chegasse até aqui; como vimos existe um perfil, seria interessante prevenir antes que o problema aconteça. Isso seria possível com políticas públicas como o acesso à educação, o acesso a uma habitação segura, à segurança alimentar e nutricional; com políticas públicas de qualidade e efetivas.

Mediante o que se apresentou, compreende-se a importância que o assistente social deve assumir nesse espaço ocupacional. Deve manter um olhar crítico frente à realidade, ir além do imediato e do superficial, para promover a integração dos indivíduos novamente na sociedade.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M.L. DE. **Penas alternativas à prisão. Os substitutivos penais no sistema penal brasileiro**. Curitiba: Juruá Editora, 2005.

BERDET, M. B. **Os significados de punição nas penas alternativas**. 2015. 176f. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Brasília, 2015.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm . Acesso em: 28 mar. 2019.

_____. **Lei nº 9.714, de 25 de novembro de 1998**. Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9714.htm . Acesso em: 22 mar. 2019.

_____. Ministério da Justiça. **Levantamento nacional de informações penitenciárias**. Disponível em: depen.gov.br/relatorio_2016_22111. Acesso em: 11 abr. 2019.

BRISOLA, Elisa. **Estado penal, criminalização da pobreza e serviço social**. Revista, Ser Social. Brasília, v. 14, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 23 ed. São Paulo: Vozes, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO M. V. **O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2010.

JUNQUEIRA, Maíz Ramos. **Prestação de serviços à comunidade: impacto e (in) visibilidade no cumprimento da pena/medida alternativa**. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

JUNQUEIRA, Maíz Ramos. **Penas e medidas alternativas e serviço social: entre a garantia de direitos e o controle social**. Tede sistema de publicação eletrônica, Porto alegre, n.11, jan. 2012. Disponível em:
<<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8101>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

TELLES, Vera da Silva. **Questão social: afinal do que se trata?** São Paulo em Perspectiva, vol.10, n.4, 1996.